

Inexistência e Obstinação

João Branquinho, LanCog Group

Universidade de Lisboa

jbranquinho@campus.ul.pt

Queremos neste ensaio introduzir um esboço de uma semântica simples e adequada para uma classe importante de predicacões singulares de inexistência, ou frases existenciais singulares negativas. Frases deste género, como “Sócrates (já) não existe” e “O pássaro Dódó não existe”, são usualmente tidas como de algum modo paradoxais e semanticamente problemáticas.

O modelo semântico que vamos delinear para tais frases, que desejavelmente se caracteriza pela simplicidade e pela economia, depende no entanto de duas importantes e substantivas suposições de partida, e, mais crucialmente, de uma tese semântica de alguma maneira controversa acerca da referência singular. Trata-se da tese da rigidez obstinada, a tese de que nomes próprios e outros termos irreduzivelmente singulares – tais como indexicais, demonstrativos e termos para categorias naturais – são designadores, não apenas rígidos, mas obstinadamente rígidos, dos objectos que de facto designam (ver Kaplan 1989a). Isto significa, numa primeira aproximação, o seguinte. Uma vez atribuído a um desses termos um objecto como sendo o referente do termo relativamente a um dado contexto de uso do termo, o termo designará esse objecto com respeito a qualquer estado possível do mundo (mundo possível) ou ocasião (tempo). Por conseguinte, tal objecto será o objecto referido pelo termo mesmo em relação a estados possíveis do mundo (mundos possíveis) ou ocasiões nos quais o objecto em questão não exista. Se a tese for correcta, parece haver um sentido no qual a existência não é necessária para a referência singular, um sentido no qual nos podemos referir singularmente àquilo que não existe. No entanto, como veremos, daí não se segue, ou pelo menos não queremos que daí se siga, que há objectos que não existem.

Chamemos *existenciais negativas obstinadas* às frases existenciais singulares negativas cuja semântica queremos esboçar. As frases em questão são dos seguintes cinco tipos (pelo menos).

(A) Predicacões temporalizadas nas quais há uma **referência singular a objectos presentes** cuja existência é temporalmente contingente, por exemplo

(1) Saul Kripke não existirá (em 2200)

(2) Saul Kripke não existia (em 1899).

(B) Predicações modalizadas nas quais há uma **referência singular a objectos actuais**, objectos no mundo actual ou efectivo, cuja existência é modalmente contingente, por exemplo

(3) Saul Kripke poderia não ter existido

(3)* Saul Kripke não existe (numa situação possível na qual os gâmetas que de facto o originaram nunca se chegaram a unir).

(C) Predicações temporalizadas nas quais há uma referência singular a objectos passados, por exemplo

(4) Sócrates não existe (agora).

(D) Predicações temporalizadas nas quais há uma referência singular a objectos futuros, por exemplo

(5) *Futura* não existe (agora).

'*Futura*' é aqui um nome de uma pessoa futura, um nome cuja referência é fixada através de uma descrição definida singular do género 'A primeira pessoa do sexo feminino a nascer no século XXII' (supomos que a descrição é própria, que a condição nela expressa é satisfeita por uma e uma só pessoa).

(E) Predicações nas quais há uma referência singular a objectos meramente possíveis, por exemplo

(6) *Ninguém* não existe.

'*Ninguém*' é aqui um nome de uma pessoa meramente possível (Salmon 1998), um nome cuja referência é fixada através de uma descrição definida singular do género 'A pessoa que teria resultado da fecundação do óvulo **o** pelo espermatozóide **e**' (supomos que **e** e **o** existem de facto, mas este último nunca chegou nem virá a ser fecundado por aquele).

É bom notar desde já que o modelo semântico aqui proposto não possui recursos para acomodar o caso da ficção, o caso de predicações aparentemente verdadeiras de inexistência cujas posições de sujeito são ocupadas por nomes e outros termos singulares provenientes da ficção, por exemplo (talvez) 'Sherlock Holmes não existe'. Pensamos que a ficção possui características *sui generis*, as quais exigem um tratamento independente.

Por exemplo, pode-se defender que nomes ficcionais são, sob análise, termos fundamentalmente descritivos, que não devem assim ser contados como termos genuinamente singulares, caso em que não se prestam ao tipo de tratamento aqui proposto. Ou que nomes ficcionais não são de facto nomes vazios, que designam na

realidade certos objectos abstractos, caso em que predicacões de inexistência em que eles ocorram na posição de sujeito poderiam ser vistas como invariavelmente falsas

Posto isto, introduzamos agora as nossas três suposições gerais

Suposição 1: Aquilo que parece é

Predicações singulares de inexistência – frases da forma **a não existe**, em que **a** é um termo singular – são, ao nível da sua forma lógica, exactamente *aquilo que parecem ser*: predicacões *monádicas singulares* negativas de 1ª ordem (se assumirmos um domínio de indivíduos)

Por conseguinte, essas predicacões consistem em suplementar o complemento relativo de um predicado monádico de 1ª ordem, o predicado ‘existe’, com um termo singular *genuíno*, **a**. Assim, frases como (4) devem ser tratadas como tendo a mesma forma lógica do que frases, mais comuns e também verdadeiras, como

Sócrates não voa

Nesta última frase, nega-se de uma pessoa particular, Sócrates, que ela seja capaz de voar. O mesmo sucede, alega-se, na frase (4): nega-se da mesma pessoa, Sócrates, que ela exista (agora). De acordo com a semântica usual e simples para predicacões monádicas negativas singulares de primeira ordem, uma frases dessas é verdadeira se, e só se, há um indivíduo que é referido pelo termo singular na posição de sujeito gramatical e o predicado monádico contido na frase não se lhe aplica.

Notamos agora que há duas suposições gerais que suportam por sua vez a Suposição 1. A primeira estabelece que as frases em questão são predicacões monádicas de primeira ordem:

Suposição 1A: O predicado gramatical ‘existe’ deve ser tratado como aquilo que parece ser: um predicado monádico de 1ª ordem, um predicado aplicável a indivíduos

Esta suposição é normalmente vista como inconsistente com uma velha tese da ortodoxia lógica, designadamente a tese – defendida por Frege, Russell, Quine e outros – de que o nosso idioma usual da existência – ‘existe’, ‘há’ – é representável por meio do quantificador existencial \exists da lógica clássica.

Esta tese é tradicionalmente combinada com a ideia, atribuível também a Frege e Russell, de que o quantificador existencial objectual deve por sua vez ser visto como um predicado de ordem superior, no caso um predicado aplicável, com verdade ou falsidade, apenas a predicados de 1ª ordem (no caso). Assim, dizer que mamíferos voadores existem equivaleria, mais ou menos, a dizer que a propriedade de ordem

superior de ser exemplificada por algo é exemplificada pela propriedade de primeira ordem de ser um mamífero voador.

Todavia, não é claro (para dizer o mínimo) que a ideia de que a existência é uma propriedade de 1ª ordem seja inconsistente com a ideia de que a existência se deixa representar pelo quantificador existencial. É antes a conjunção desta última ideia com a ideia adicional de que o quantificador existencial é um predicado de ordem superior que gera o antagonismo.

De facto, como Quine notou (Quine 1969), podemos bem representar da seguinte maneira, através do quantificador existencial, ocorrências do verbo ‘existir’ em predicacões singulares de existência e de inexistência, frases da forma **a existe** e **a não existe**:

$$\exists x a=x, \neg\exists x a=x.$$

Este predicado de existência, o predicado ‘é idêntico a algo’, é seguramente um predicado de 1ª ordem, continuando a supor que o domínio de quantificação é um domínio de indivíduos. O facto de se tratar de um predicado *lógico*, no sentido de um predicado verdadeiro de tudo, de todos os indivíduos no domínio, não faz com que não seja um predicado dessa natureza. Há outros predicados monádicos de 1ª ordem com as mesmas características, e.g. ‘é um indivíduo’, ‘é idêntico a si mesmo’ e ‘é um gato ou não é um gato’, ‘é um gato se $2+2=5$ ’.

Contrariamente àquilo que se pode pensar, o mesmo género de análise pode ser aplicado a predicacões *gerais* de existência e de inexistência, ou seja, a frases da forma **Fs existem** e **Fs não existem**, em que **F** é um predicado monádico de 1ª ordem. Com efeito, em vez das representações habituais que encontramos nos manuais de lógica, nomeadamente $\exists xFx$ e $\neg\exists xFx$ (respectivamente), poderíamos antes adoptar representações pouco habituais mas correctas como (respectivamente)

$$\exists x(Fx \ \& \ \exists y \ x=y), \neg\exists x(Fx \ \& \ \exists y \ x=y).$$

Todavia, é importante reparar que estas representações são logicamente equivalentes às simbolizações habituais antes mencionadas e nelas a existência é expressa pelo nosso predicado de 1ª ordem ‘é idêntico a algo’ (supondo, de novo um domínio de indivíduos).

A segunda suposição que suporta a Suposição 1 diz respeito, não aos predicados, mas aos sujeitos das predicacões singulares de inexistência. Ela estabelece que as frases sob consideração são predicacões singulares, não gerais:

Suposição 1B: Os sujeitos gramaticais de predicções *prima facie* singulares de inexistência devem ser vistos como sujeitos lógicos.

Ou seja, os termos singulares que ocupam nessas predicções a posição de sujeito gramatical devem ser tratados como termos singulares genuínos, termos cuja função primária é a de nomear algo, isolar um objecto ou indivíduo específico (em contraste com descrever um objecto, introduzir um objecto através de um conjunto de condições ou propriedades). Em particular, tais termos singulares não são analisáveis em termos de outras categorias de expressões (em especial, predicados).

Esta segunda suposição, complementada com a primeira, é necessária para pôr de pé a Suposição 1, ou seja, a contenção de que aquilo que à superfície são predicções singulares de inexistência são na realidade predicções *singulares* de inexistência.

É fácil ver com que espécie de pontos de vista é a Suposição 1B inconsistente. ((a suposição 1A é inconsistente, como vimos, com a conjunção das duas teses de Frege-Russell antes mencionadas). Relativamente a frases existenciais negativas cujos termos-sujeito são nomes próprios como ‘Sócrates’, bem como indexicais como ‘eu’ e termos para categorias naturais como ‘A água’, a Suposição 1B é inconsistente com a conjunção das seguintes duas teses:

- (a) A teoria das descrições definidas singulares de Russell
- (b) O descritivismo acerca do significado de nomes próprios e indexicais, ou seja, a tese de que nomes próprios e indexicais são analisáveis em termos de, ou são simples abreviaturas de, certas descrições definidas singulares.

Juntar as duas teses significa o seguinte: primeiro, tratar nomes e indexicais como descrições; depois, analisar estas últimas de acordo com a teoria de Russell. O resultado é que tudo aquilo que parece ser uma predicção singular vira, sob análise, uma predicção geral (Quine 1948).

Em particular, e muito rudemente, uma predicção *prima facie* singular de inexistência como (4) é analisável da seguinte maneira à luz da conjunção de teses mencionada (supondo que o nome ‘Sócrates’ abrevia a descrição definida ‘O filósofo grego que bebeu a cicuta’):

- (4)* O seguinte não é o caso: houve uma e uma só pessoa tal que essa pessoa é um filósofo, é grega e bebeu a cicuta

Ora, como queremos **rejeitar liminarmente a tese (b)**, podemos bem conservar a Suposição 1B, estando no entanto livres para subscrever a tese (a).

Assumamos então a Suposição 1 e as suas duas suposições de suporte, 1A e 1B. A nossa segunda suposição geral de partida é uma suposição anti-Meinongiana sobre a relação entre ser, no sentido de ser um objecto, e existir, ou ter existência:

Suposição 2: Universalidade da Existência

Tudo existe, Nenhum objecto é inexistente.

Pensamos que a noção de existência invocada em qualquer variedade de Meinongianismo, incluindo as mais moderadas, não é clara e entra em conflito com a nossa maneira habitual de falar. Como dizia Quine, tanto dizemos que há números primos como dizemos que existem números primos. A nossa maneira habitual de falar parece não sancionar uma distinção entre o ser e a existência.

Todavia, podemos querer ser mais cautelosos e pelo menos dizer que a noção Meinongiana de existência não é tão clara como a noção puramente lógica de existência que preferimos utilizar. De acordo com esta noção, existir e ser são uma e a mesma coisa: ser ou existir é ser um valor de uma variável quantificada (no caso da existência singular, x é, ou x existe, se e só se $\exists yx=y$). Na medida em que as noções invocadas na noção lógica de existência, as noções de quantificação objectual e identidade estrita, são noções claras e bem definidas, nessa medida a nossa noção de existência será uma noção clara e bem definida. Não é líquido que o mesmo se possa dizer da noção Meinongiana de existência.

Isto leva-nos à nossa questão central, que é a seguinte. Será possível harmonizar a tese de que nomes e indexicais são termos irreduzivelmente não descritivos (Suposição 1B) com a tese de que não há objectos inexistentes (Suposição 2), bem como com a tese de que o predicado de existência presente em frases existenciais singulares é um predicado de 1ª ordem (Suposição 1A)? Pode-se coerentemente combinar as Suposições 1 e 2? Poderá o problema das predicções singulares de inexistência, ou pelo menos o problema mais circunscrito das existenciais negativas obstinadas, ser resolvido de uma forma essencialmente anti-Meinongiana, ou seja, preservando a tese de que tudo existe? Pensamos que sim, que tal é possível e desejável. Esboçamos a seguir um punhado de considerações nessa direcção.

Para começar, recordemos que um dos traços mais importantes da noção lógica de existência consiste no facto de ela tornar o predicado de primeira ordem 'existe' num predicado verdadeiro de todo o indivíduo (e o seu complemento relativo, 'não existe', num predicado falso de todo o indivíduo). 'Tudo existe' ($\forall x\exists yx=y$) é verdadeira em

todas as interpretações e ‘Algo não existe’ ($\exists x \forall y \neg x=y$) é falsa em todas as interpretações. A noção não permite assim objectos – no sentido de valores de variáveis quantificadas – não existentes.

Observamos agora que o nosso argumento geral depende de uma terceira e última suposição geral, a qual consiste na já referida tese semântica da Rigidez Obstinação:

Suposição 3: Rigidez Obstinação

Nomes próprios (indexicais, demonstrativos, etc.) são designadores obstinadamente rígidos.

Suponhamos que, num dado contexto de uso, um nome designa um determinado objecto. Então o nome designará esse mesmo objecto relativamente a todo e qualquer ponto de avaliação (tempo, mundo possível) de frases nas quais o nome ocorra, incluindo aqueles pontos de avaliação nos quais tal objecto não existe. Assim, supondo que o meu uso presente do nome ‘Hitler’ se refere ao ditador nazi, então referir-se-à a essa mesma pessoa relativamente a qualquer ocasião ou situação. Em particular, se eu usar o nome ‘Hitler’ para descrever uma situação contrafactual onde Hitler não existe, por exemplo através de uma frase como ‘Hitler poderia nunca ter nascido’, estou-me ainda a referir a Hitler.

Vamos então supor que a tese da rigidez obstinada é correcta e consideremos, para começar, a frase (2):

(2) Saul Kripke não existia (em 1899)

Suponhamos que eu afirmo (2) agora. Há dois tempos aqui envolvidos: o tempo da elocução, o qual é por hipótese o momento presente; e o tempo da avaliação, a ocasião relativamente à qual a frase encaixada ‘Saul Kripke não existe’ deve ser avaliada, o qual é por hipótese o ano de 1899.

É importante notar que, apesar de Kripke não existir no tempo da avaliação, ele existe no entanto no tempo da elocução, no momento presente. O raciocínio crucial a executar é então o seguinte. A semântica usual para frases temporalizadas do género de (2) estabelece que (2) é verdadeira (com respeito ao presente) se e só se a frase encaixada ‘Saul Kripke não existe’ é verdadeira relativamente ao ano de 1899. Ora, pela tese da rigidez obstinada, ‘Saul Kripke’ é um designador rígido de Kripke e assim designa Kripke relativamente a todos os tempos e logo também com respeito ao ano de 1899. Assim, a frase (2) é verdadeira (agora) em virtude de *haver* (agora) algo que o nome ‘Saul Kripke’ designa com respeito a 1899, nomeadamente o indivíduo Kripke, e que não existe em 1899. Resumindo, a frase (2) é verdadeira em virtude de haver algo

que é referido pelo seu termo-sujeito mas que não existe. O tratamento semântico simples para predicções monádicas singulares negativas é assim preservado nestes casos.

Estaremos assim comprometidos com pessoas inexistentes? Um pouco de reflexão mostra que não. Como há dois tempos envolvidos, é preciso relativizar a existência de objectos a esses tempos com algum cuidado. Aquilo com o qual estamos comprometidos no tempo da elocução, o presente, não é com uma pessoa inexistente na ocasião da elocução (Kripke existe agora), mas apenas com uma pessoa inexistente numa certa ocasião passada (com respeito ao tempo da elocução). Ora, tal inexistência é seguramente inócua, não tendo claramente quaisquer implicações Meinongianas.

Um raciocínio análogo poderia ser executado para o caso de frases temporalizadas como (1):

(1) Saul Kripke não existirá (em 2200)

E o mesmo género de tratamento semântico pode ainda ser generalizado a contextos modais, de modo a ser aplicável a frases modalizadas como (3):

(3) Saul Kripke poderia não ter existido

Vejamos.

Suponhamos que eu afirmo (3) agora. Há dois mundos possíveis aqui envolvidos: o mundo da elocução, o qual é por hipótese o mundo actual, o mundo relativamente ao qual a frase (3) está a ser avaliada; e o mundo da avaliação **m**, a circunstância contrafactual relativamente à qual a frase encaixada ‘Saul Kripke não existe’ deve ser avaliada, ou seja, o estado possível do mundo no qual os gâmetas que de facto originaram Kripke nunca se uniram de forma apropriada. É importante notar que, apesar de Kripke não existir no mundo de avaliação **m**, ele existe no entanto no mundo da elocução, no mundo actual **m***.

O raciocínio crucial a executar é, de novo, o seguinte. A semântica usual para frases modalizadas como (3) estabelece que (3) é verdadeira (com respeito ao mundo actual) se, e só se, a frase encaixada ‘Saul Kripke não existe’ é verdadeira relativamente ao mundo **m**. Ora, pela tese da rigidez obstinada, ‘Saul Kripke’ é um designador rígido de Kripke e assim designa Kripke relativamente a todos os mundos e logo também relativamente a **m**. Assim, a frase (3) é verdadeira (relativamente ao mundo actual) em virtude de haver algo no mundo actual que o nome ‘Saul Kripke’ designa relativamente ao mundo possível **m**, nomeadamente o indivíduo Kripke, e esse indivíduo não existir em **m**. Resumindo, se (3) é verdadeira então há algo que é referido pelo seu termo-

sujeito mas que não existe. O tratamento semântico simples para predicacões monádicas singulares negativas é assim preservado também nestes casos.

Estaremos dessa maneira comprometidos com pessoas inexistentes? Um pouco de reflexão mostra que não. Como há dois mundos envolvidos, é preciso relativizar a existência de objectos a esses mundos com algum cuidado. Aquilo com o qual estamos comprometidos no mundo da elocução, o mundo actual, não é com uma pessoa inexistente nesse mundo (Kripke existe no mundo actual), mas apenas com uma pessoa inexistente numa certa situação meramente possível (com respeito ao mundo da elocução). Ora, esta é uma inexistência seguramente inócua, não tendo de todo quaisquer implicações Meinongianas.

O seguinte esquema, no qual **a** é um designador obstinadamente rígido, permite acomodar os casos de existenciais negativas obstinadas discutidos até aqui, ilustrados pelas frases (1), (2) e (3).

(B) Se uma afirmação da forma **a não existe**, tal como feita num contexto **c***, definido por um mundo **m*** e por um tempo **t***, é verdadeira relativamente a um mundo **m** ou tempo **t**, então **a** refere-se, relativamente a **m/t**, a um objecto **x** tal que **x** não existe em **m/t**; todavia, há pelo menos um mundo **m'** ou um tempo **t'** tal que **a** refere-se a **x** relativamente a **m'/t'** e **x** existe em **m'/t'** (nos casos discutidos, tem-se **m'=m*** ou **t'=t***).

Os outros três tipos de existenciais negativas obstinadas – o da referência a objectos passados, ilustrado por (4), o da referência a objectos futuros, ilustrado por (5), e o da referência a meros *possibilia*, ilustrado por (6) – requerem um tratamento mais complexo. Mas acreditamos que são igualmente acomodáveis através da tese da rigidez obstinada de termos singulares genuínos, sem que isso nos comprometa com a tese Meinongiana de que alguns objectos não existem.

Comecemos com a referência a objectos passados e consideremos para o efeito a frase (4):

(4) Sócrates não existe (agora)

Assumamos para os presentes efeitos, e sem qualquer discussão, que é possível uma referência singular a objectos passados, que com o nosso uso presente de nomes como 'Sócrates' nos referimos a um indivíduo, o filósofo Sócrates, que presentemente não existe mas já existiu.

Suponhamos que afirmo a frase (4) agora. Há dois tempos aqui envolvidos: apesar de o tempo da elocução, o qual é por hipótese o tempo presente, ser o mesmo do que o tempo da avaliação, a ocasião relativamente à qual a frase encaixada ‘Sócrates não existe’ deve ser avaliada, o qual é também o tempo presente, há que ter em conta os tempos passados, em relação aos tempos da elocução e da avaliação, nos quais Sócrates existe. Note-se que, apesar de Sócrates não existir nem no tempo da elocução nem no da avaliação, ele existe no entanto em ocasiões passadas relativamente a essas ocasiões.

O raciocínio crucial a executar é então o seguinte. A semântica usual para frases temporalizadas como (4) estabelece que (4) é verdadeira (com respeito ao tempo presente) se, e só se, a frase encaixada ‘Sócrates não existe’ é verdadeira com respeito ao tempo presente. Dada a suposição de que é possível referir singularmente (agora) objectos passados, e assim que o nome ‘Sócrates’ se refere a Sócrates, então, pela tese da rigidez obstinada, ‘Sócrates’ é um designador obstinadamente rígido de Sócrates e assim designa Sócrates relativamente a todos os tempos e logo também com respeito ao tempo presente.

Assim, a frase (4) é verdadeira (agora) em virtude de *ter havido* (numa ocasião passada em relação ao tempo presente) algo que o nome ‘Sócrates’ designa com respeito ao tempo presente, nomeadamente o indivíduo Sócrates, e esse indivíduo não existir no tempo presente. Resumindo, (4) é verdadeira em virtude de ter havido algo que é presentemente referido pelo seu termo-sujeito e que presentemente não existe. Mais uma vez, o tratamento semântico simples de predicções monádicas singulares negativas é preservado nestes casos.

Estaremos assim comprometidos com pessoas inexistentes? Um pouco de reflexão mostra que não. Como há dois tempos envolvidos, é preciso relativizar a existência de objectos a esses tempos com algum cuidado. Aquilo com o qual estamos comprometidos no tempo da elocução, o presente, é de facto com uma pessoa inexistente na ocasião da elocução (Sócrates não existe agora). Mas tal pessoa existiu em todo o caso em alguma ocasião passada (com respeito ao tempo da elocução). E, relativamente a essa ocasião passada na qual Sócrates existe, o termo obstinadamente rígido ‘Sócrates’ designa Sócrates. Ora, a inexistência em questão é relativamente inócua, não tendo implicações Meinongianas claras.

Note-se que o seguinte **não é o caso** acerca do tempo presente t^* :

Em t^* : há um indivíduo x tal que x é o referente do nome ‘Sócrates’ relativamente a t^* e x não existe em t^*

Este sim, seria um caso genuíno de um objecto inexistente. Aquilo que é o caso é antes o seguinte acerca de uma ocasião t passada com respeito a t^* :

Em t : há um indivíduo x tal que x é o referente do nome ‘Sócrates’ relativamente a t^* e x não existe em t^*

Passemos ao caso da presumível referência singular a objectos futuros, ilustrado pela frase (5):

(5) *Futura* não existe (agora)

Assumamos para os presentes efeitos, e sem qualquer discussão, que é possível uma referência singular a objectos futuros, que com o nosso uso presente de nomes como ‘Futura’ nos referimos a um indivíduo, Futura, que presentemente não existe mas virá a existir. Esta é uma assunção bem mais polémica do que a relativa a objectos passados, mas suponhamos para benefício da discussão que é igualmente correcta.

Suponhamos que afirmo a frase (5) agora. Há dois tempos aqui envolvidos: apesar de o tempo da elocução, o qual é por hipótese o tempo presente, ser o mesmo do que o tempo da avaliação, a ocasião relativamente à qual a frase ‘Futura não existe’ deve ser avaliada, a qual é também o tempo presente, há ainda que ter em conta os tempos futuros, em relação aos tempos da elocução e da avaliação, nos quais Futura por hipótese virá a existir. Note-se que, apesar de Futura não existir nem no tempo da elocução nem no da avaliação, ela existe no entanto, por hipótese, em algumas ocasiões futuras em relação a essas ocasiões.

O raciocínio crucial a executar é então o seguinte. A semântica usual para frases temporalizadas como (5) estabelece que (5) é verdadeira (com respeito ao presente) se e só se a frase ‘Futura não existe’ é verdadeira com respeito ao tempo presente. Dada a assunção de que é possível referir (agora) objectos futuros, e assim que o nome ‘Futura’ se refere a Futura, então, pela tese da rigidez obstinada, ‘Futura’ é um designador obstinadamente rígido de Futura e assim designa Futura relativamente a todos os tempos e logo também com respeito ao tempo presente. Assim, (5) é verdadeira (agora) em virtude de *vir a haver* (numa ocasião futura em relação ao tempo presente) algo que o nome ‘Futura’ designa com respeito ao presente, nomeadamente o indivíduo Futura, e esse indivíduo não existir no tempo presente. Resumindo, (5) é verdadeira em virtude de vir a haver algo que é presentemente referido pelo seu termo-sujeito mas que presentemente não existe. De novo, o tratamento semântico simples de predicacões monádicas singulares negativas é preservado.

Estaremos assim comprometidos com pessoas inexistentes? Um pouco de reflexão mostra que não. Como há dois tempos envolvidos, é preciso relativizar a existência de objectos a esses tempos com algum cuidado. Aquilo com o qual estamos comprometidos no tempo da elocução, o presente, é de facto com uma pessoa inexistente na ocasião da elocução (Futura não existe agora), mas essa pessoa existirá, por hipótese, em alguma ocasião futura (com respeito ao tempo da elocução). E, relativamente a essa ocasião futura na qual Futura existe, o termo obstinadamente rígido 'Futura' designa Futura. Ora, a inexistência em questão é relativamente inócua, não tendo implicações Meinongianas claras.

Note-se que o seguinte **não é o caso** acerca do tempo presente t^* :

Em t^* : *há* um indivíduo x tal que x é o referente do nome 'Futura' relativamente a t^* e x não existe em t^*

Este sim, seria um caso genuíno de um objecto inexistente. Aquilo que **é o caso** é antes o seguinte acerca de uma ocasião t futura com respeito a t^* :

Em t : *há* um indivíduo x tal que x é o referente do nome 'Sócrates' relativamente a t^* e x não existe em t^*

Eis a versão do esquema (B) que acomoda estes últimos dois tipos de existenciais negativas obstinadas, a referência rígida presente a objectos passados e a referência rígida presente a objectos futuros:

(B)' Se uma afirmação da forma **a não existe**, tal como feita num contexto c^* , definido por um tempo t^* , é verdadeira relativamente a um tempo t , então **a** refere-se, relativamente a t , a um objecto x tal que x não existe em t ; todavia, há pelo menos um tempo t' tal que **a** refere-se a x relativamente a t' e x existe em t' (em que $t' < t^*$ ou $t' > t^*$)

Terminamos com o caso da presumível referência singular a meros *possibilia*, ilustrado pela frase (6):

(6) *Ninguém* não existe

De forma análoga, assumamos para os presentes efeitos, e sem qualquer discussão, que é possível uma referência singular a objectos meramente possíveis, que com o nosso uso presente de nomes como 'Ninguém' nos referimos a um indivíduo, Ninguém, que actualmente não existe mas que poderia ter existido. Esta é igualmente uma assunção bastante polémica, mas assumamos para benefício da discussão que é correcta.

Suponhamos que afirmo a frase (6) agora. Há dois mundos aqui envolvidos: apesar de o mundo da elocução, o qual é por hipótese o mundo actual, ser o mesmo do que o mundo da avaliação, o mundo relativamente ao qual a frase ‘Ninguém não existe’ deve ser avaliada, o qual é também o mundo actual, há que ter em conta os mundos meramente possíveis, mas acessíveis a partir do mundo actual, nos quais Ninguém (por hipótese) existe. Note-se que, apesar de Ninguém não existir nem no mundo da elocução nem no da avaliação, ele existe no entanto, por hipótese, em certos mundos possíveis acessíveis a partir desses mundos.

O raciocínio crucial a executar é então o seguinte. A semântica usual para frases do género estabelece que a frase (6) é verdadeira (com respeito ao mundo actual) se e só se a frase ‘Ninguém não existe’ é verdadeira com respeito ao mundo actual. Dada a assunção de que é possível referir objectos meramente possíveis, e assim que o nome ‘Ninguém’ se refere a Ninguém, então, pela tese da rigidez obstinada, ‘Ninguém’ é um designador obstinadamente rígido de Ninguém e assim designa Ninguém relativamente a todos os mundos possíveis e logo também relativamente ao mundo actual. Assim, (6) é verdadeira (no mundo actual) em virtude de *poder ter havido* (haver em pelo menos um mundo possível acessível a partir do mundo actual) algo que o nome ‘Ninguém’ designa com respeito ao mundo actual, nomeadamente o indivíduo Ninguém, e esse indivíduo não existir no mundo actual. Resumindo, (6) é verdadeira em virtude de poder haver algo que é actualmente referido pelo seu termo-sujeito mas que actualmente não existe. O tratamento semântico simples é assim preservado nestes casos.

Estaremos assim comprometidos com pessoas inexistentes? Um pouco de reflexão mostra que não. Como há dois mundos envolvidos, é preciso relativizar a existência de objectos a esses mundos com algum cuidado. Aquilo com o qual estamos comprometidos no mundo da elocução, o mundo actual, é de facto com uma pessoa inexistente no mundo da elocução (Ninguém não existe actualmente), mas (por hipótese) essa pessoa poderia ter existido, existe em algum mundo possível não actual (mas acessível a partir do mundo da elocução). E, relativamente a esse mundo possível no qual Ninguém existe, o termo obstinadamente rígido ‘Ninguém’ designa Ninguém. Ora, a inexistência em questão é relativamente inócua, não tendo implicações Meinongianas claras.

Note-se que o seguinte **não é o caso** acerca do mundo actual **m***:

Em **m***: há um indivíduo **x** tal que **x** é o referente do nome ‘Ninguém’ relativamente a **m*** e **x** não existe em **m***.

Este sim, seria um caso genuíno de um objecto inexistente. Aquilo que **é o caso** é o seguinte acerca de um mundo meramente possível **m** acessível a partir de **m***:

Em **m**: há um indivíduo **x** tal que **x** é o referente do nome 'Ninguém' relativamente a **m*** e **x** não existe em **m***.

Eis, para terminar, a versão do esquema (B) que acomoda o caso da referência rígida a meros *possibilia*:

(B)''Se uma afirmação da forma **a não existe**, tal como feita num contexto **c***, definido por um mundo **m***, é verdadeira relativamente a um mundo **m**, então **a** refere-se, relativamente a **m**, a um objecto **x** tal que **x** não existe em **m**; todavia, há pelo menos um mundo **m'** diferente de **m** e acessível a partir de **m*** tal que **a** refere-se a **x** relativamente a **m'** e **x** existe em **m'**

Referências

- Branquinho, J. 2003. 'In Defense of Obstinacy', *Philosophical Perspectives*, Vol. 17, *Language and Philosophical Linguistics*, 2003: 1-23.
- Kaplan, D. 1979. 'Transworld heir lines'. In M. Loux, org, *The Possible and the Actual*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Kaplan, D. 1989a. 'Demonstratives'. In J. Almog, J. Perry e H. Wettstein, orgs, *Themes from Kaplan*. Oxford: Oxford University Press.
- Kaplan, D. 1989b. 'Afterthoughts'. In J. Almog, J. Perry e H. Wettstein, orgs, *Themes from Kaplan*. Oxford: Oxford University Press.
- Kripke, S. 1980. *Naming and Necessity*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Mackie, J. L. 1976. 'The Riddle of Existence', *Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volume*.
- Meinong, A. 1960. *On the Theory of Objects*. Tradução inglesa de R. Chisholm, I. Levi e D. Terrell, in R. Chisholm, org, *Realism and the Background of Phenomenology*. Glencoe: The Free Press, 76-117.

Moore, G. E. 1936. 'Is Existence Never a Predicate?' *Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volume*.

Parsons, T. 1980. *Non-existent Objects*. New Haven, CT: Yale University Press.

Parsons, T. 1995. 'Non-existent Objects'. In J. Kim e E. Sosa, orgs, *A Companion to Metaphysics*. Oxford: Blackwell.

Quine, W. V. O. 1969. 'Existence and Quantification'. In *Ontological Relativity and Other Essays*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 91-113.

Quine, W. V. O. 1948. 'On What There Is'. In *From a Logical Point of View*. Cambridge, MA: Harvard University Press. Tradução portuguesa de João Branquinho in J. Branquinho, org, *Existência e Linguagem*. Lisboa: Presença.

Russell, B. 1905. 'On Denoting', *Mind* 14:479-93.

Salmon, N. 1998. 'Nonexistence', *Nous* 32/3: 277-319.